



NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA: A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE UM DIRETOR ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA

Almir Rogério Breguedo de Souza

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Catanduva, SP, Brasil.

almir.souza@educacao.sp.gov.br

Resumo

Desde jovem, a minha experiência de vida como homossexual foi marcada por desafios e dificuldades, especialmente no ambiente de trabalho. Ao ingressar no mercado de trabalho, percebi que os desafios persistiam, ainda que se manifestassem de formas diferentes. A necessidade de me encaixar nas heteronormatividades, constantemente resultava em uma autocensura; na tentativa de evitar discriminação e preconceito. Dessa forma, é essencial discutir assuntos relacionados à sexualidade nestes tempos chamados de “modernos” e de “aceitação às diferenças”. Este relato de experiência busca explorar as múltiplas facetas dos desafios enfrentados por mim, um homossexual, na minha trajetória profissional, na Educação Básica. Para trilhar esse caminho, permitindo que minha humanidade transborde para os/as leitores/as nestas páginas, decidi utilizar a metodologia da pesquisa (auto)biográfica, aproximando-me das minhas memórias. O presente trabalho está estruturado em torno da seguinte questão: como as dificuldades de aceitação e homofobia, afetaram e/ou ainda afetam a formação da minha identidade e a trajetória pessoal e profissional.

Palavras-chave: Educação; Homofobia; Resistência; Trajetória Profissional.

NARRATIVES OF RESISTANCE: THE PROFESSIONAL TRAJECTORY OF A SCHOOL PRINCIPAL IN CONFRONTING HOMOPHOBIA

Abstract

From a young age, my life experience as a homosexual was marked by challenges and difficulties, especially in the workplace. Upon entering the job market, I realized that these challenges persisted, albeit manifested in different ways. The need to fit into heteronormativity constantly resulted in self-censorship, an attempt to avoid discrimination and prejudice. Therefore, it is essential to discuss issues related to sexuality in these so-called "modern" times of "acceptance of differences." This experience report seeks to explore the multiple facets of the challenges I, as a "gay" man, faced in my professional career in Basic Education. To follow this path, allowing my humanity to overflow to the readers in these pages, I decided to use the methodology of (auto)biographical research, drawing on my

memories. This work is structured around the following question: how difficulties with acceptance and homophobia affect the identity formation and the personal and professional trajectories of LGBTQIAPN+ people.

Keywords: Education; Homophobia; Resistance; Professional Trajectory.

INTRODUÇÃO

Desde a juventude, minha trajetória enquanto sujeito homossexual tem sido atravessada por múltiplos obstáculos, particularmente nos contextos escolar e profissional. No espaço escolar, o processo de reconhecimento e afirmação da identidade sexual ocorreu em meio a experiências recorrentes de isolamento e não pertencimento. Situações como brincadeiras depreciativas, comentários discriminatórios e episódios de violência simbólica e, em alguns casos, explícita; contribuíram para a constituição de um ambiente marcado pela hostilidade e pela exclusão. Segundo Britzman (1995) a homofobia institucionalizada na escola não apenas marginaliza os/as alunos/as LGBTQIAPN+, mas também lhes nega a oportunidade de desenvolver uma identidade positiva e segura. Esse clima de intolerância não apenas afetava minha autoestima e desempenho acadêmico, mas também minava minha sensação de segurança e pertencimento. Conforme Foucault (1988) o emprego do termo “homossexual” para identificar indivíduos que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo integrou um movimento mais amplo voltado à criação de categorias e classificações relacionadas aos comportamentos sexuais, impulsionado principalmente pelas práticas jurídicas e pelas definições médicas e psiquiátricas do século XIX. De acordo com a literatura, a própria formulação da categoria “homossexual” e sua vinculação à noção de patologia estariam associadas a uma estratégia política destinada a desvincular a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo da ideia de crime ou de fraqueza moral.

Ao ingressar no mercado de trabalho, percebi que os desafios persistiam, ainda que se manifestassem de formas diferentes. No ambiente profissional, a necessidade de me encaixar em normas heteronormativas muitas vezes resultava em uma autocensura constante, na tentativa de evitar discriminação e preconceito. A existência de um colaborador homossexual, pode ser vista como uma ameaça à cultura heteronormativa dominante, resultando em comportamentos de exclusão, marginalização e, em casos mais graves, violência tanto psicológica quanto física (Viana, 2010). A falta de representatividade e de políticas inclusivas

contribuía para uma sensação de invisibilidade e de não pertencimento, tornando o cotidiano laboral um espaço de constante vigilância e de esforço para ser aceito.

Quando assumi o cargo de diretor escolar, senti uma mistura de orgulho e apreensão. Sabia que minha competência profissional me qualificava para a posição, mas também estava ciente dos desafios adicionais que enfrentaria por ser homossexual. Desde o início, decidi que não esconderia minha identidade, pois acreditava que a autenticidade era essencial para liderar com integridade.

1. O ENFRENTAMENTO QUE FORTALECE

No início de 2006, participei de um processo seletivo temporário de professores/as, para trabalhar como recreacionista na rede municipal da minha cidade. Para minha felicidade, fui aprovado; ingressando em uma escola de ensino infantil, numa turma de jardim II, onde as crianças tinham por volta de seis anos. A conexão com os alunos/as foi instantânea, nos divertíamos muito com as atividades recreativas (jogos e brincadeiras); a “molecada” fazia a festa. Infelizmente, como nem tudo são flores, encontrei a minha primeira “barreira” na área profissional. Nessa época, não era comum homens atuarem no ensino infantil, era um universo dominado pelas mulheres. Agora imaginem vocês, um homem (homossexual), trabalhando com crianças...

A consolidação de políticas de inclusão na escola passa, necessariamente, pela desconstrução das barreiras de gênero na docência. Ao trazer o debate da Sociologia da Infância, percebemos que a presença de homens na Educação Infantil não é apenas uma questão de preenchimento de vagas, mas um ato político de resistência contra o determinismo biológico. Promover essa diversidade no corpo docente permite que as crianças vivenciem o cuidado e a educação como práticas plurais, fundamentais para uma formação cidadã livre de preconceitos.

A entrada de homens na educação das crianças pequenas coloca em questão a naturalização do cuidado como atributo feminino e possibilita a construção de novas relações de gênero no interior da escola, onde o afeto e a docência passam a ser vistos como práticas profissionais, e não apenas vocacionais. (Finco, 2003, p. 95).

Encontrei resistência por parte de alguns pais e/ou responsáveis, que fizeram reclamações e denúncias infundadas relacionadas a minha orientação sexual com minha

atuação profissional; alegando que de alguma forma eu pudesse fazer algo contra a integridade física, emocional e sexual dos seus filhos.

No ambiente escolar, professores gays frequentemente se deparam com uma cultura institucional que reforça a heteronormatividade, resultando em discriminação sutil ou explícita. A sexualidade do professor torna-se um campo de julgamento moral, impactando negativamente sua experiência profissional e seu relacionamento com a comunidade escolar (Facchini, 2009, p. 54).

Confesso que talvez pela inexperiência e pouca idade, não consegui me posicionar e me defender diante do ocorrido; mas, tive apoio da direção escolar, professoras/es e da maioria dos pais; que felizmente, interviram na situação por mim, e com o decorrer dos meses, fui desmanchando a imagem negativa erroneamente impetrada a mim, culminando numa avaliação positiva da minha diretora e de todos/as os/as responsáveis, assim como dos/as alunos/as no final do ano letivo.

Em 2007, após uma rigorosa seleção de projetos, consegui ingressar na Rede Estadual de Educação de São Paulo, em uma escola de tempo integral que atendia crianças e adolescentes dos bairros periféricos; que enfrentavam uma série de situações de vulnerabilidade, incluindo drogas, criminalidade e dificuldades financeiras. Na escola, os/as alunos/as dedicavam as manhãs às disciplinas obrigatórias e as tardes às oficinas culturais. Meu projeto focava em jogos cooperativos para os alunos do Ensino Fundamental II. No entanto, a falta de experiência me trouxe dificuldades, enfrentando resistência, desinteresse e agressividade por parte dos/as alunos/as. Foi durante este período que, pela primeira vez, ouvi um estudante me chamar de “veado”. Após repreendê-lo por uma atitude indisciplinada, ele me direcionou essa ofensa. Na época, eu ainda não havia me assumido para meus/as colegas de trabalho e estudantes, e confesso que fiquei surpreso e espantado com a agressão verbal. Não estava preparado para ouvir algo assim e, no calor da emoção, acabei reagindo de forma inadequada, ofendendo o estudante também. Reconheço que minha reação não foi correta, mas agi impulsivamente. Após esse momento tenso, encaminhei o estudante para a diretoria, e solicitei que fosse tomada alguma providência. O aluno foi advertido e diante do seu responsável teve que se retratar, através de um pedido de desculpas. Esse episódio evidenciou o quanto o início da minha carreira como educador foi desafiador, especialmente em relação à minha sexualidade. Para me proteger de situações semelhantes, acabei me fechando no “armário”, acreditando que isso me evitaria situações vexatórias e discriminatórias. De acordo com Sedgwick (2007, p.21), “o armário desempenha um papel significativo para pessoas não

heterossexuais, pois para muitas, ele continua sendo um aspecto essencial da vida social”. Dessa forma, estar no armário (não revelar sua orientação sexual) ou fora dele (assumir-se) são posições constantemente avaliadas, mensuradas e ponderadas pelos indivíduos.

Em 2009, após ser aprovado em um novo processo seletivo, trabalhei em uma escola municipal de ensino infantil, novamente com uma turminha de jardim II. A escolinha era pequena, e atendia a comunidade humilde do bairro, os/as alunos/as estudavam em período integral; no período da manhã, a turminha ficava comigo, desenvolvendo as atividades de recreação, já no período da tarde, tinham aulas dos componentes curriculares com outra professora. Sempre pela manhã, eu recebia os/as “aluninhos/as” na porta da sala, deixados/as geralmente pelos/as pais e responsáveis ou pelo/a “tio/tia da Van”. Em um certo dia, logo pela manhã, quando realizávamos essa acolhida, uma mãe de um aluno, me abordou de forma agressiva e aos gritos.

Confesso que na hora fiquei paralisado com a situação; não esperava uma atitude ou reação desse tipo; sendo que, o que a mãe estava supondo, jamais teria ocorrido. Com a ajuda da diretora que prontamente interveio na situação, a mãe se acalmou, mas queria que fosse tomada alguma providência, e que iria fazer reclamação na Secretaria Municipal de Educação. Enfim, novamente por ser homossexual, estava enfrentando uma situação discriminatória; uma história inventada pela mãe, sem fundamento nenhum, com o único objetivo de me “tirar” da escola. Diante dessa situação, cansado de mais uma vez ter que me deparar com situações homofóbicas no trabalho, não me calei, enfrentei a situação, me posicionando, confrontando a mãe, solicitando providências junto a direção da escola e a Secretaria Municipal da Educação; que atuaram a meu favor.

Outro ponto importante a se destacar, é que, de acordo com Santos, Silva e Souza (2015) o silenciamento e a negação da homofobia na esfera escolar podem desencadear em práticas de omissões, discriminações, conivências com as múltiplas formas de violência cotidianas, que se manifestam pelo afastamento, desprezo e segregação dos indivíduos discordantes da norma heterossexual hegemônica. A discriminação contra professoras/es LGBTQIAPN+ no ambiente escolar é uma questão recorrente, manifestando-se de diversas formas, desde a exclusão social até a perseguição institucional, e contribuindo para a perpetuação de um ambiente de trabalho que marginaliza a diversidade sexual. Infelizmente, os/as profissionais da educação que se identificam como LGBTQIAPN+ enfrentam uma realidade de discriminação institucional que não reflete apenas na sua autoestima e

desempenho profissional, mas também reverbera um ambiente escolar hostil à diversidade sexual, reforçando a marginalização dessas identidades (Bento, 2011).

Em 2018, após ter sido aprovado em um concurso público, ingressei em uma escola que fica na minha cidade natal, Catanduva; os vínculos afetivos com familiares e amigos, pesaram nessa decisão. Onde, no meu ambiente de trabalho, também optei por abrir sobre as questões relacionadas a minha orientação sexual. No entanto, logo percebi que essa abertura, traria consequências. Alguns/as colegas evitavam interações mais próximas, preferindo manter conversas estritamente profissionais. Houve momentos em que senti olhares julgadores e cochichos mal disfarçados pelos corredores da escola. Era evidente que meu simples ato de ser eu mesmo incomodava algumas pessoas. Concernente a isto, Carrara (2004) pontua, que a homofobia coloca uma série de barreiras invisíveis aos profissionais gays no seu ambiente de trabalho, onde a discriminação pode se manifestar tanto na forma piadas e comentários maldosos quanto na exclusão de oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

Tenho uma lembrança nítida do meu primeiro dia na escola como diretor, o “frio” na barriga, nervosismo estampado no rosto, sob os olhares julgadores de professores/as e estudantes. Eu digo que a recepção não foi a das melhores, sofri um pouco de resistência por parte de um grupo antigo de professores/as da escola, que na minha percepção não gostaram da minha presença entre eles/as; mas, por outro lado, tive apoio de outros/as professores/as e funcionários/as, que foram fundamentais e me deram todo o suporte para seguir firme na minha missão.

Os desafios não se limitavam ao ambiente interno da escola. Pais e responsáveis começaram a questionar minhas decisões e a capacidade de liderar a instituição. Durante uma reunião de pais e responsáveis, fui confrontado por um grupo que insinuava que minha orientação sexual poderia influenciar negativamente os/as alunos/as. A insinuação de que ser homossexual me tornava inadequado para o cargo foi um golpe duro, e percebi que teria que lutar não apenas para manter a integridade da escola, mas também para afirmar minha própria dignidade.

A presença de um profissional gay em um ambiente de trabalho que valoriza a masculinidade hegemônica pode resultar em uma série de discriminações sutis, que vão desde a negação de promoções até a exclusão social, criando um ambiente onde a heterossexualidade é tomada como norma e qualquer desvio é penalizado (Fry, 1982, p.89).

A pressão era constante, mas cada desafio superado era uma vitória. Houve momentos de exaustão e frustração, mas também houve momentos de triunfo e satisfação. Ver os/as alunos/as se beneficiando de um ambiente mais inclusivo e os/as professores/as abraçando a diversidade como um valor essencial foi uma recompensa inestimável.

2. A RESISTÊNCIA QUE TRANSFORMA

Minha rotina como diretor de escola está marcada por um equilíbrio entre os desafios do cotidiano escolar e a busca incessante por um ambiente educacional inclusivo e respeitoso. O caminho até aqui não foi fácil, e a jornada me moldou de maneiras que jamais poderia imaginar quando comecei minha carreira na educação.

A construção de um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso para profissionais gays não apenas contribui para o seu bem-estar e saúde mental, mas também melhora o desempenho organizacional como um todo. A diversidade sexual deve ser vista como uma riqueza para as organizações. (Fleury, 2000, P.21).

Quando penso no início da minha trajetória, lembro-me das dificuldades que enfrentei devido à homofobia. Os olhares de reprovação, os sussurros nos corredores e os comentários maldosos deixaram marcas profundas. Contudo, cada uma dessas experiências contribuiu para construir a resiliência que hoje me define. Aprendi a transformar a dor em força, a adversidade em oportunidade e o preconceito em uma razão ainda mais forte para lutar por um ambiente escolar justo e igualitário. Essa resiliência, segundo Bento (2011), é de extrema importância para enfrentar os desafios diários da discriminação e da homofobia. A incessante luta por respeito e inclusão contribui não apenas para a própria sobrevivência emocional, mas também para a transformação do espaço escolar e profissional em um ambiente mais igualitário e acolhedor. Ainda mais profundamente, falando do contexto educacional, essa resiliência, de acordo com Borrillo (2001), se manifesta na capacidade de transformação da adversidade em força, e na luta por um ambiente escolar que promova a igualdade e o respeito à diversidade sexual.

Como diretor de uma escola e ativista pela causa LGBTQIAPN+, fui convidado em 2020 a contribuir com a programação da Semana e Parada da Diversidade em Catanduva, o que me encheu de responsabilidade e entusiasmo. Participar não seria apenas uma oportunidade de compartilhar minha vivência, mas também de promover a inclusão e a

conscientização no ambiente escolar, que tanto influencia a formação de uma sociedade mais igualitária. Como ainda estávamos no período da pandemia da COVID-19, o evento foi transmitido de forma virtual por meio de uma “live”, no formato de uma roda de debates.

Desde que aceitei o convite, preparei-me para as discussões e atividades que trariam visibilidade e educação a respeito da diversidade sexual e de gênero, abordando tópicos muitas vezes evitados nos contextos formais de educação. Nas reuniões de planejamento, defendi a importância de não apenas representar a comunidade LGBTQIAPN+, mas também de transformar o espaço escolar e a sociedade, em um ambiente acolhedor e seguro para todos/as.

Minha rotina diária é intensa e desafiadora. Além das responsabilidades administrativas, dedico uma parte significativa do meu tempo a ouvir e apoiar alunos/as e professores/as. As histórias que ouço me lembram constantemente da importância de minha posição e da influência que posso ter na vida de tantas pessoas. Cada conversa, cada intervenção reforçam meu compromisso com a diversidade e a inclusão.

Sou um educador que, ao longo dos anos, compreendeu que sua missão vai além das paredes da sala de aula. Acredito na educação como um ato político; ela encoraja as pessoas a tomarem consciência de que têm direito a ter direitos. Assim, a educação participa dos processos de constituição da pessoa humana com raça/cor/etnia, sexo/gênero, ciclo de vida, religião, classe social, relações de pertencimento (Mazza; Spigolon, 2017); e, como um homem gay, minha luta pela causa LGBTQIAPN+ tornou-se inseparável do meu trabalho como diretor. Cada dia, ao entrar na escola, sinto a responsabilidade de ser mais do que um gestor, sou também um defensor da dignidade humana, um agente de transformação social. Para reforçar, “a educação sozinha não muda a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67).

Lembro-me do início da minha carreira, quando sofri os primeiros ataques homofóbicos. Aqueles momentos de dor e humilhação me forjaram. Foram as cicatrizes dessas experiências que me motivaram a lutar, não apenas por mim, mas por todos/as os/as jovens que, como eu, sentem o peso da discriminação. Em cada momento, em cada diálogo com membros da equipe escolar, faço questão de deixar claro que a escola deve ser um lugar seguro para todos/as, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, raça, etnia, nacionalidade etc.

Ao contar sobre minha trajetória de resistência contra a homofobia e meu processo de construção profissional, trouxe à tona a importância de termos e políticas que valorizem o acolhimento e o respeito dentro das instituições de ensino, mostrando que ambientes educativos precisam refletir a diversidade da nossa sociedade. Essa experiência foi profundamente enriquecedora. Mais do que uma simples apresentação, o simpósio me proporcionou a chance de criar laços e trocar ideias com outros educadores e estudantes que compartilham o sonho de uma educação inclusiva e que, assim como eu, enxergam na diversidade um pilar essencial para construir uma sociedade justa e acolhedora. Hoje, me sinto preparado para enfrentar os desafios que surgirem. A homofobia ainda existe, mas minha resposta a ela mudou radicalmente. Em vez de me abater, ela me fortalece e me motiva a continuar lutando por um ambiente educacional onde todo/as possam se sentir seguros/as e valorizados/as.

A escola onde trabalho é agora um reflexo dessa luta contínua. Implementamos políticas claras de inclusão e diversidade, promovemos discussões abertas sobre respeito e igualdade, e criamos espaços onde alunos/as e professores/as possam expressar suas identidades livremente; como feiras estudantis, campanhas, debates, seminários; com a participação e o envolvimento dos colegiados (Conselho de Escola, Grêmios estudantil, Associação de pais e mestres), professores/as e toda comunidade escolar; a revisão de documentos como o Regimento Escolar para garantir o uso do nome social, conforme garantido pelo Decreto Federal nº 8.727/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da direção escolar, no contexto da Educação Infantil e da Educação Básica, não se restringe às funções técnico-administrativas tradicionalmente atribuídas à gestão educacional. Trata-se de uma prática atravessada por dimensões éticas, políticas e simbólicas, especialmente quando considerada a presença de sujeitos historicamente marginalizados/as nos espaços de poder institucional. Conforme assinala Foucault (1979), o poder não se localiza apenas nas estruturas formais, mas se exerce de maneira difusa nas relações sociais, produzindo normas, subjetividades e regimes de verdade. Nesse sentido, a gestão escolar constitui-se como um espaço privilegiado de produção e contestação dessas normativas. Nesse sentido, a atuação de gestores/as que tensionam normativas de gênero e sexualidade consolidadas no campo educacional pode ser compreendida como uma forma de

resistência às lógicas de exclusão e suspeição que incidem sobre determinados corpos e identidades.

A presença de um homem assumidamente ativista em um cargo de direção, produz deslocamentos significativos nas representações sociais acerca da liderança, do cuidado e da autoridade pedagógica. Ao ressignificar o cuidado como prática política e pedagógica, a gestão escolar amplia suas possibilidades de intervenção, convertendo-se em espaço de afirmação de direitos e de reconhecimento da diversidade. Tal movimento não se limita à dimensão individual do/a gestor/a, mas reverbera nas relações institucionais, criando condições para que professores/as, funcionários/as e estudantes reconheçam suas identidades como legítimas e passíveis de ocupação dos espaços de decisão.

Essas práticas incidem diretamente sobre a constituição da comunidade escolar, ao favorecer a construção da escola como um espaço de vivência democrática e de reconhecimento da alteridade. Quando a gestão assume o compromisso com a diversidade, a noção de comunidade ultrapassa o plano discursivo e passa a se materializar como território de pertencimento e participação efetiva.

Experiências desenvolvidas tanto em eventos institucionais voltados à diversidade quanto no cotidiano da gestão escolar evidenciam que a educação, enquanto prática social, demanda um compromisso ético-político com a visibilidade das diferenças e com a promoção da justiça social. Nesse horizonte, a atuação da gestão escolar configura-se como espaço estratégico para a construção de futuros educacionais nos quais a liderança não esteja condicionada à conformidade normativa, mas ao reconhecimento da dignidade e da pluralidade dos sujeitos que compõem a escola.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. **O que é Transexualidade**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENTO, M. A. S. **Diversidade e inclusão nas organizações**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. São Paulo: Autêntica, 2001.

BRITZMAN, D. **Is There a Queer Pedagogy? Or, Stop Reading Straight**. 1995.

Disponível em:

<https://sites.evergreen.edu/politicalshakespeares/wp-content/uploads/sites/226/2015/12/Britzman-Is-there-a-Queer-Pedagogy-Or-Stop-Reading-Straight.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.



CARRARA, S. **Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo**. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do Movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 3, n. 04, p. 131-158, nov. 2012.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a Diversidade cultural: Experiências de empresas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 03, p. 18-25, jul./set. 2000.

FINCO, Daniela. **Ocupação masculina na educação infantil**: desafios e perspectivas. São Paulo: USP, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. v. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro, Editora Graal. 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2000.

FRY, P. **Para Inglês Ver**: Identidade e Política na Cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MAZZA, D.; SPIGOLON, N. I. Pelas páginas dos memoriais: histórias de formação e narrativas de professores. **Políticas Educativas – PolEd**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 37-54, out. 2017.

SANTOS, C.; SILVA, J. P.; SOUZA, E.J.. Homofobia na escola: as representações de educadores/as. **PePsc**, V. 23, n. 5, p. 635-647, set. 2015.

SEDGWICK, E.K. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, v.1, n.28, p.19-54, jan-jun 2007.

VIANA, F. **O armário: Vida e pensamento do desejo proibido**. São Paulo: Orgástica, 2020.